

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/348437492>

Avaliação Pedagógica Classificação e Notas Perspetivas Contemporâneas

Preprint · January 2021

DOI: 10.13140/RG.2.2.31682.40642

CITATIONS

0

1 author:



Domingos Fernandes

ISCTE-University Institute of Lisbon

110 PUBLICATIONS 639 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Avaliação, Ensino E Aprendizagem No Ensino Superior Em Portugal E No Brasil: Realidades E Perspetivas (PTDC/CPE-CED/114318/2009) [View project](#)



Resolução de Problemas: Ensino, Avaliação e Formação de Professores (PCSH/413/92/CED) [View project](#)

F O L H A #

Avaliação Pedagógica, Classificação e Notas: Perspetivas Contemporâneas

Domingos Fernandes

(ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa | Escola de Sociologia e Políticas Públicas)

Janeiro de 2021

PROJETO DE
MONITORIZAÇÃO
ACOMPANHAMENTO
E INVESTIGAÇÃO
EM AVALIAÇÃO
PEDAGÓGICA





FOLHA #

Avaliação Pedagógica, Classificação e Notas: Perspetivas Contemporâneas

Domingos Fernandes

(ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa | Escola de Sociologia e Políticas Públicas)

Janeiro de 2021



Índice

Introdução	3
Avaliação e Classificação	4
Conceito e Relevância das <i>Notas</i> : Contributos da Investigação	12
TAREFAS.....	15
Tarefa 1.....	15
Tarefa 2.....	16
Tarefa 3.....	17
Referências	18



Introdução

Esta é a primeira das *Folhas* que se vão produzir acerca de questões relacionadas com as *políticas de classificação* e a atribuição de *notas*. São assuntos sobre os quais se torna necessário estudar e discutir tendo em conta, como se verá, a sua relevância e o seu impacto junto dos alunos, mas também a evolução dos seus propósitos e significados. De facto, cada vez mais, na literatura da especialidade, são referidas quer a necessidade de desenvolver *políticas de classificação* mais associadas a processos de melhoria das aprendizagens dos alunos, quer a necessidade de redefinir os propósitos e o real significado das notas, quer ainda a necessidade de as relacionar estreitamente com as aprendizagens referenciais previstas no currículo (e.g., Brookhart, 2015, 2017; Brookhart *et al.*, 2016; Guskey & Brookhart, 2019; O'Connor, 2018; Wiliam *et. al.*, 2020). (Considera-se que, em geral, uma *política de classificação* estabelece o conjunto de princípios, métodos, técnicas e procedimentos através dos quais se define o algoritmo, ou qualquer outro meio, que permite determinar as notas dos alunos.)

Trata-se, assim, de uma *Folha* cujo propósito é referir as questões essenciais que deveremos considerar e acerca das quais teremos de refletir para que se possam tomar decisões que permitam definir *políticas de classificação* mais consistentes com as perspetivas que se vêm discutindo, relativamente à avaliação pedagógica. Aliás, um dos principais desafios a enfrentar na questão respeitante à classificação e à atribuição de notas é, precisamente, pensá-las para que venham a ter o valor pedagógico que devem ter, sobretudo no que se refere a apoiar os alunos a aprender. Repare-se que, também por esta razão, a *política de classificação* e as *notas* deverão fazer parte integrante do conceito mais amplo de avaliação pedagógica ainda que não se devam confundir com ela, muito particularmente no que se refere às avaliações formativas e sumativas cujo propósito exclusivo é a distribuição de *feedback* acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer.

Esta *Folha* deve ser entendida como uma introdução indispensável a uma diversidade de questões relacionadas com as *políticas de classificação* e a partir da qual se suscitam análises e reflexões que serão indispensáveis para se poderem fundamentar e compreender as práticas pedagógicas neste domínio. Não estamos perante um qualquer receituário mas antes perante um conjunto de questões que traduzem o essencial das investigações, discussões e reflexões mais contemporâneas acerca das políticas de classificação. Devemos tratá-las muito seriamente, procurando que o discernimento e a lucidez nos permitam classificar de forma mais transparente, mais rigorosa, mais consistente e mais significativa. E, acima de tudo, que as notas e o seu significado possam contribuir para melhorar as aprendizagens dos alunos.



É importante referir que as *matérias* relativas às políticas de avaliação pedagógica e às suas práticas assim como às políticas de classificação e às notas não se esgotam nesta *Folha* e em todas as outras que se têm disponibilizado no âmbito do Projeto MAIA. E, acima de tudo, não dispensam a leitura e o estudo crítico destes e doutros materiais, para que as reflexões e as decisões que delas possam decorrer sejam fundamentadas, compreendidas e, por isso, pedagogicamente mais sustentáveis.

Para além da *Introdução*, esta *Folha* foi organizada em mais três secções. Na secção intitulada *Avaliação e Classificação*, discutem-se conceitos e questões teóricas e práticas relacionadas com a avaliação pedagógica, a classificação e as notas. Na secção *Conceito e Relevância das Notas: Contributos da Investigação*, discute-se o conceito de nota, assim como os aspetos que contribuem para a sua *composição* e para a sua relevância e importância. Segue-se uma secção - *Tarefas* - em que os leitores são desafiados a discutir e a refletir acerca de questões que se consideram relevantes tendo em vista a conceção e elaboração das políticas de classificação e de avaliação pedagógica. Finalmente, há uma secção com as referências utilizadas.

Avaliação e Classificação

A avaliação pedagógica pode ser concebida como um processo através do qual professores e alunos recolhem, analisam, interpretam, discutem e utilizam informações referentes à aprendizagem dos alunos (evidências de aprendizagem) tendo em vista uma diversidade de propósitos tais como: a) identificar os aspetos mais e menos conseguidos dos alunos no que diz respeito às suas aprendizagens; b) acompanhar o progresso das aprendizagens dos alunos em direção aos níveis de desempenho que se consideram desejáveis; c) distribuir *feedback* de qualidade para apoiar os alunos nos seus esforços de aprendizagem; d) atribuir notas; e e) distribuir *feedback* aos pais e encarregados de educação. Alguns destes propósitos são de natureza formativa, como é o caso da distribuição de *feedback* com fins de regulação ou do acompanhamento do progresso dos alunos para apoiar as suas aprendizagens. Outros são de natureza sumativa como é o caso da atribuição de uma nota que pode representar uma síntese das aprendizagens realizadas num dado período de tempo ou de uma nota que traduz o desempenho de um aluno num dado teste de avaliação sumativa com ou sem fins classificatórios. É nestes termos que se entende que quer as avaliações formativas, quer as avaliações sumativas, integram a avaliação pedagógica pois ambas podem fornecer importantes informações que os alunos podem utilizar para aprender. E o mais fundamental propósito da avaliação é contribuir para que os alunos aprendam. A avaliação



pedagógica é interna por natureza e isso significa que é da integral responsabilidade dos professores e das escolas.

Através da avaliação pedagógica utilizam-se uma diversidade de processos de recolha de informação acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer; ou seja, uma diversidade de processos que evidenciam as suas aprendizagens tais como testes, apresentações, interações e diálogos diversos com os alunos, ensaios, observações informais, autoavaliações dos alunos, avaliação entre pares e desempenhos na resolução de uma diversidade de problemas. Além do mais, é através da avaliação pedagógica que, por exemplo, se relacionam as *Aprendizagens Essenciais (AE)* e o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO)* com as práticas de avaliação utilizadas pelos professores, fundamentalmente baseadas em critérios, para ajudar os alunos a aprender. Nas práticas da avaliação pedagógica, tal como vem sendo discutido em publicações anteriores (e.g., Fernandes, 2019a, 2019b), os alunos assumem quer o papel de quem está a aprender, quer o papel de quem participa no processo de avaliação e, nesse sentido, os métodos e procedimentos da avaliação pedagógica estão muito mais próximos dos alunos do que, por exemplo, os métodos de avaliação que se baseiam num só processo de recolha de informação e em que tudo é da exclusiva responsabilidade dos professores.

Em suma, a avaliação pedagógica deve ser utilizada pelos alunos e pelos professores para que se possam desenvolver as aprendizagens e as competências previstas nas *AE*, no *PASEO* e noutros documentos curriculares relevantes. Isto significa que, de forma sistemática, os alunos têm de ser claramente informados acerca do que é importante aprender (através dos critérios), da situação em que se encontram relativamente às aprendizagens que têm de realizar e dos esforços e estratégias que é necessário fazer para o conseguir. É, por isso, fundamental que se retirem as devidas ilações quanto ao papel incontornável do *feedback* e dos diálogos com os alunos nas salas de aula.

A classificação e as notas fazem parte da avaliação pedagógica e, nesse sentido, é importante que sejam pensadas e organizadas para apoiar a realização das aprendizagens dos alunos. Mas é fundamental compreender-se que a classificação e a avaliação são conceitos cuja natureza, propósitos e inserção pedagógica são, em geral, marcadamente distintos ainda que possam ter pelo menos um propósito em comum: contribuir para que os alunos aprendam melhor. (No entanto, devemos ter em conta que este contributo assume um valor diferenciado conforme nos referimos à avaliação ou à classificação.) No contexto do sistema escolar e académico português aquele



propósito não tem sido claramente assumido para a classificação e as notas e, por isso, é necessário discutir e clarificar quer os conceitos, quer as utilizações que deles se podem fazer.

A classificação define os procedimentos e as técnicas a partir dos quais se podem determinar as notas que, sublinhe-se, entre nós, também são invariavelmente designadas como classificações. Mas, em rigor, a nota é um mero símbolo através do qual se procura sintetizar o que um aluno sabe e é capaz de fazer ao fim de um dado período de tempo, ou seja, o símbolo que, supostamente, indica o nível de desempenho alcançado por um aluno ao fim de um dado período de tempo. A classificação é um conjunto mais ou menos elaborado, mais ou menos inteligente, mais ou menos centrado nas aprendizagens dos alunos, de técnicas e procedimentos que permitem calcular ou determinar as notas dos alunos. Neste sentido, é através da classificação que se define o algoritmo, ou qualquer outro meio, a partir do qual se calculam as notas. É natural, pela força das tradições existentes, que se designem as notas como classificações e vice-versa e não se vê aí propriamente um problema desde que se saiba e compreenda que há efetivamente uma diferença entre os reais significados das duas designações. (Nesta *Folha*, ainda que se deixe bem claro que *classificação* e *nota* ou *classificações* e *notas* são designações que se referem a entes designados bem diferentes, foi decidido utilizá-las indistintamente sempre que se justifique tendo em conta a redação do texto, as tradições existentes e que não se trata de uma questão que ponha em causa o essencial.)

Também não se devem confundir a avaliação formativa e a avaliação sumativa (com ou sem fins classificatórios) com a classificação nem com as notas. Naturalmente, é através da avaliação sumativa que se podem fazer balanços e pontos de situação que permitem recolher informação destinada a atribuir notas aos alunos. Por exemplo, a utilização de dois testes, de uma apresentação e da resolução de dois problemas no contexto de uma dada disciplina, podem integrar a política de classificação da escola, mais concretamente no domínio da avaliação sumativa para *dar notas*. Na verdade, é a política de classificação que define os procedimentos e as técnicas que devem ser utilizadas para se poder determinar o algoritmo através do qual as notas são determinadas (e.g., notas e/ou ponderações por domínio, notas e/ou ponderações por cada critério, número de processos de avaliação sumativa para fins de atribuição de notas, objetos considerados para atribuir notas).

Brookhart (2017) considerou três tipos de informação que se obtêm através da avaliação e, para usar a terminologia desta *Folha*, da política de classificação ou, simplesmente, classificação: a) informação decorrente de toda a avaliação formal ou informal que, segundo a autora, permite recolher tudo o que possa ser considerado relevante para conhecer cada um dos alunos (a utilização



a dar a esta informação parece não estar suficientemente clara, mas presume-se que, em geral, contribuirá para adequar o ensino aos alunos); b) informação para distribuir *feedback*, decorrente da avaliação formativa, sobre o que os alunos já conseguiram realizar e do que ainda é necessário fazer para aprender e também acerca de comportamentos e hábitos de trabalho que lhes permita evoluir nos seus esforços e estudo. Trata-se de informação que se destina a ser utilizada na sala de aula, com os alunos, ou em reuniões de pais e encarregados de educação; e c) informação decorrente da avaliação sumativa classificatória para reportar as notas que são utilizadas para comunicar o que os alunos conseguiram realizar em relação às aprendizagens previstas, os aspetos que facilitam a aprendizagem tais como o esforço e os hábitos de trabalho e que devem ser separados das realizações referentes às aprendizagens ditas académicas e, finalmente, o desenvolvimento e a evolução das aprendizagens ao longo do tempo para comunicar os progressos verificados. Repare-se que se trata de uma forma que aquela autora utilizou que pode ajudar a identificar e a discernir relações que se podem estabelecer entre a diversidade de informações que qualquer professor pode obter acerca dos seus alunos. Além disso, fica claro, e é muito importante compreender este facto, que as avaliações que são utilizadas para atribuir notas aos alunos são apenas uma parte, um subconjunto, de toda a informação de natureza avaliativa que se obtém e está disponível relativamente a cada aluno. Trata-se, como vimos afirmando, da informação que provém da avaliação sumativa que se destina a produzir informações que são utilizadas para atribuir as notas aos alunos. Pela sua importância destaca-se a seguinte asserção de Brookhart (2017, p. 8) que aqui se traduz livremente.

A informação avaliativa pode referir-se às aprendizagens realizadas pelos alunos mas pode também referir-se a aspetos tais como as atitudes, o esforço, os interesses, as preferências, a assiduidade e o comportamento dos alunos. Toda esta informação é útil para se conhecerem os alunos, organizar e desenvolver um ensino adequado, tomar as decisões que se impõem relativamente ao seu comportamento, apoiar e incentivar o seu trabalho e falar com eles. Assim, quando se afirma que a determinação das notas deve estar baseada unicamente na informação relativa às aprendizagens realizadas, isso não implica necessariamente que se deva ignorar a restante informação disponível relativa aos alunos.



Isto significa que a informação de natureza avaliativa, que não se refere diretamente às aprendizagens académicas realizadas pelos alunos, pode e deve ser utilizada para melhorar os processos de ensino e de aprendizagem e não tem necessariamente que dar origem a uma nota. E desta constatação devem retirar-se as devidas ilações para efeitos da definição de uma política de avaliação tendo naturalmente em conta os contextos de cada instituição e as orientações e normativos curriculares em vigor.

Interessa ainda referir dois princípios enunciados por Brookhart (2017) e aqui adaptados ao contexto do sistema escolar português, que devem orientar as políticas de classificação e, consequentemente, a atribuição de notas aos alunos.

1. As notas devem refletir as realizações dos alunos tendo em boa conta as orientações previstas no currículo, nomeadamente as que constam nas *AE* e no *PASEO*.
2. As políticas de classificação e atribuição de notas devem ser pensadas de forma a contribuírem para motivar os esforços e a aprendizagem dos alunos.

O primeiro princípio destaca claramente a aprendizagem pois tem a ver com a importância de se saber em que medida os alunos aprenderam o que está estabelecido no currículo. O segundo princípio tem a ver com o tipo de ambiente que é necessário criar para apoiar as aprendizagens dos alunos.

Tradicionalmente, as notas eram pensadas e organizadas para separar os alunos que aprendiam dos que não aprendiam e, neste sentido, não tinham como um dos seus objetivos contribuir para que todos alunos aprendessem. Nas últimas décadas, com a emergência do cognitivismo, do construtivismo, das perspetivas socioculturais da aprendizagem e das conceções de avaliação como processo pedagógico cujo principal propósito é distribuir *feedback* para que os alunos possam aprender mais e melhor, emergiu igualmente a ideia de que as notas deviam estar mais focadas nas aprendizagens, isto é, mais baseadas nos níveis de consecução dos critérios de avaliação. Neste sentido, as notas significam até que ponto é que os alunos aprenderam o que tinham de aprender e, por isso, elas referem-se ao que os alunos aprendem e não ao que merecem como nos referiu Susan Brookhart (e.g., Brookhart, 2017).

Para determinar uma nota, no final de um dado período, a maioria dos professores baseia-se numa maior ou menor diversidade de fontes de informação tais como testes, ainda largamente predominantes na atribuição das notas, resolução de problemas, composições, ensaios,



apresentações, relatórios e projetos. Muitos têm também em conta a pontualidade na entrega de trabalhos, a realização dos trabalhos de casa e a participação nas atividades desenvolvidas nas aulas. Alguns consideram ainda informação acerca do esforço dos alunos, do seu comportamento e da sua participação nos trabalhos de grupo. Todos os dados resultantes destas fontes são normalmente introduzidos numa aplicação computadorizada (e.g., *folha excel*, aplicações especificamente desenvolvidas para a determinação das notas) daí resultando uma nota final. De facto, as aplicações computadorizadas utilizadas para o cálculo das notas baseiam-se no modelo ainda vigente em muitos sistemas escolares que consiste na atribuição de uma única nota por cada disciplina. As *folhas excel* também são utilizadas da mesma forma. O que acontece é que isto obriga os professores a sintetizar as informações provenientes de uma diversidade de fontes num único símbolo (normalmente a representação de um número), resultando naquilo a que Brookhart (1991) designou por *hodgepodge*, isto é, algo que resulta de uma mistura confusa, inconsistente e pouco clara de informações de natureza diferente. E aqui temos, necessariamente, matéria que deve ser objeto de análise e reflexão para que se possa discernir o que, realmente, poderá fazer mais sentido: *misturar* todo o tipo de informações avaliativas disponíveis, desde as que decorrem diretamente das aprendizagens académicas realizadas, às mais relacionadas com aspetos de natureza sócio emocional e sócio afetiva, para determinar uma nota ou, talvez mais simplesmente, mobilizar e integrar as informações decorrentes das aprendizagens académicas para efeitos da definição da nota e tratar e utilizar à parte informações de outra natureza? A este propósito, numa recente publicação, Susan Brookhart, Thomas Guskey, Jay McTighe e Dylan Wiliam, reconhecidos pensadores e investigadores internacionais no domínio da avaliação pedagógica, produziram a seguinte afirmação que aqui se traduz livremente:

As notas do final de um determinado período só devem referir-se ao estado dos alunos no que se refere à realização das aprendizagens previstas, verificadas através da qualidade do seu trabalho em avaliações bem concebidas, em desempenhos ou em demonstrações que evidenciem o que sabem e são capazes de fazer. Este trabalho deve ser uma representação fiável de que os alunos dominam as aprendizagens definidas no currículo. Outros aspetos tais como os que se referem ao domínio sócio emocional, a hábitos de trabalho (e.g., entrega atempada dos trabalhos de casa), à participação, ao comportamento e à assiduidade devem ser reportados separadamente (e.g., *Outras Aprendizagens*). É recomendável avaliar e reportar tais aspetos utilizando uma escala diferente da que é utilizada para as notas que se referem exclusivamente às aprendizagens para que não haja confusão entre as duas áreas (Brookhart, Guskey, Mctighe & Wiliam, 2020, p. 3).



Trata-se de uma opção em que os autores referem claramente o que deve ser objeto de classificação, separando o que tem diretamente a ver com os chamados conhecimentos académicos ou escolares, vulgo *matéria* ou *cognitivo*, do que são outros aspetos de natureza sócio emocional e comportamental em geral, vulgo *não cognitivo*, que podem ser importantes para aprender mas que não se devem misturar com aqueles para efeitos da atribuição das notas. Esta é uma questão que deve merecer a melhor atenção e ponderação e tem necessariamente de ser discutida tão fundamentadamente quanto possível na definição da política de classificação de um agrupamento ou escola não agrupada.

Nos processos de classificação considerados convencionais, uma dada nota numa disciplina é, invariavelmente, o somatório do que supostamente foi aprendido com uma diversidade, mais ou menos alargada, de outros aspetos considerados relevantes tais como o comportamento, o esforço, a realização dos chamados trabalhos de casa e a pontualidade. Nas perspetivas mais contemporâneas, mais centradas nas aprendizagens e nos níveis de desempenho definidos para os critérios de avaliação, os processos de classificação são organizados para que uma nota numa dada disciplina seja um somatório dos desempenhos num ou mais domínios. Isto significa que pode haver diferentes notas e que as notas para os aspetos sócio comportamentais, sócio emocionais e outros sejam tratadas à parte, como acontece em alguns sistemas escolares (Brookhart *et al.*, 2020).

Num sistema escolar como o português, em que só há uma nota, representada por um numeral, por cada disciplina, a partir do segundo ciclo de escolaridade, aqueles objetos podem e devem ser objeto de avaliação mas não, necessariamente, de classificação. Trata-se, naturalmente, de uma questão que deverá ser objeto de discussão e reflexão aprofundadas tendo em conta, por exemplo, o que se passa no primeiro ciclo de escolaridade. Mas sem esquecer igualmente que a avaliação, sendo obviamente diferente da classificação, permite descrever com rigor o que os alunos sabem e são capazes de fazer, seja no domínio das aprendizagens ditas académicas, seja nas aprendizagens de natureza sócio comportamental, sócio emocional ou sócio afetiva. E, é importante referi-lo, sem ser necessário traduzir essa avaliação através de um número ou, se quisermos, de uma *nota*.

Para que o processo de classificação possa ser mais inteligente, isto é, para que dê origem a notas que traduzam tão fielmente quanto possível o que os alunos sabem e são capazes de fazer, é fundamental que, antes do mais, nos centremos nas questões verdadeiramente estruturantes e não nas questões mais secundárias, de natureza técnica e algorítmica. Ou seja, temos de cuidar primeiro dos princípios e fundamentos das classificações e só depois das questões relacionadas com os aspetos mais técnicos tais como o tipo de escala a utilizar, o que fazer em relação aos



trabalhos de casa, como lidar com a questão do comportamento, as formas de combinar as notas e a distribuição das ponderações. Há duas questões que são recorrentes na literatura (e.g., Brookhart, 2011, O'Connor, 2008) e acerca das quais se torna necessário pensar para conceber uma política de classificação mais consistente com as perspectivas de avaliação que se vêm discutindo, fundamentando e defendendo:

1. Qual é o real significado, qual a mensagem, que se pretende que as notas passem para quem nelas possa estar interessado?
2. Quais são as audiências potencialmente interessadas na mensagem que, através das notas, se pretende veicular?

Estas são efetivamente questões que merecem ser respondidas com clareza antes de tudo o mais. Por exemplo, em relação à primeira, pode pretender-se que a nota represente uma amálgama de aspetos que vão desde os que se relacionem com o que os alunos sabem e são capazes de fazer até ao esforço, o comportamento e a assiduidade, passando pela realização regular de trabalhos de casa e o envolvimento nas atividades da aula. Mas também se pode pretender que a nota signifique exclusivamente o que os alunos aprenderam e sabem fazer relativamente ao que o currículo prescreve (e.g., *AE*, *PASEO*) sendo que, se esta for a opção, todos os outros aspetos podem ser avaliados e reportados à parte, com ou sem atribuição de uma nota. No que se refere à segunda questão, é igualmente importante clarificar quem são as audiências, ou a audiência, primordiais a quem se dirige a *mensagem* que as notas pretendem transmitir.



Conceito e Relevância das *Notas*: Contributos da Investigação

Para O'Connor (2008), *nota* é um número que um professor atribui a um dado aluno numa dada disciplina no final de um dado período de tempo (e.g., trimestre, semestre, ano) e que é uma afirmação que sintetiza o desempenho desse mesmo aluno ao longo desse período de tempo. Mas uma *nota* também pode ser referida a cada uma das tarefas realizadas pelo aluno ao longo de um período de tempo e que contribuem para a composição da chamada *nota* do final de período ou do final do ano. Ou seja, temos, por um lado, a *nota* que se refere ao que o aluno demonstrou ter aprendido ao longo de um dado espaço de tempo e, por outro lado, a *nota* que normalmente é atribuída a cada uma das tarefas de avaliação sumativa com fins classificatórios, que o aluno desenvolveu. Por isso, aquele autor, utiliza os termos *grade* ou *grading* para se referir à primeira situação e *mark* ou *marking* e *score* ou *scoring*, para se referir à segunda situação. Neste texto, não se conhecendo outros termos utilizados para aqueles fins em uso na literatura em português, utilizam-se os termos *nota* ou *classificação* para ambos os casos e será então necessário inferir a situação a que o termo utilizado se refere, através do respetivo contexto.

As *notas*, o seu significado, os seus efeitos e as formas como se determinam, são objeto de investigação há mais de um século dada a grande relevância que têm na vida dos alunos e a sua abrangente e penetrante influência aos mais diferentes níveis dos sistemas escolares (e.g., acesso ao ensino superior, certificação, organização e gestão de apoios aos alunos). Para Brookhart (2015) as *notas* são importantes dado que, para a comunidade escolar e para a sociedade em geral, elas representam uma medida do que os alunos são capazes de realizar em relação ao que têm de aprender e saber fazer. Estão relacionadas de forma importante com a motivação dos alunos, com as perceções que têm de si próprios como estudantes, com as suas realizações presentes e futuras e com o seu futuro académico. Além do mais, aquela autora refere que as *notas* permitem prever situações tais como o abandono escolar, a admissão ao ensino superior, o desempenho neste nível de ensino e a conclusão do curso.

As *notas* são utilizadas no ensino superior, há pouco mais de 100 anos e o seu significado tem evoluído, tendo em conta os desenvolvimentos teóricos e práticos ao nível da aprendizagem, do ensino e da avaliação, assim como ao nível do currículo, do desenvolvimento curricular e da pedagogia. A perspetiva contemporânea vai no sentido de se considerar que a determinação de uma *nota* deve basear-se no que os estudantes demonstram ter aprendido de acordo com os chamados referentes de aprendizagem (Brookhart, 2015). Por exemplo, no nosso caso, as notas



deverão basear-se em informações acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer, tendo em conta as *AE* e o *PASEO*.

A investigação tem evidenciado que varia significativamente o número e a natureza das fontes de informação que os professores utilizam para determinar as notas dos seus alunos, assim como a forma como agregam a informação proveniente dessas fontes. E isto verifica-se mesmo entre professores da mesma escola que ensinam a mesma disciplina no mesmo ano de escolaridade (e.g., Guskey & Brookhart, 2019; Guskey & Link, 2017, 2019). Esta é uma situação largamente reconhecida, que remete para questões relacionadas com a validade, a fiabilidade e a credibilidade das notas atribuídas aos alunos, e que tem sido sistematicamente investigada.

De acordo com Guskey & Link (2019) as diferenças nos processos de classificação utilizados pelos professores para determinarem as notas dos seus alunos, parecem dever-se a duas razões principais. A primeira tem a ver com o facto de não haver consenso, nem clareza, quanto aos propósitos das notas. Será sempre muito difícil assegurar níveis de consistência aceitáveis acerca das decisões que se tomam sobre as fontes de informação a utilizar ou, se quisermos, acerca das evidências de aprendizagem a seleccionar, para atribuir as notas aos alunos, quando não há consenso nem clareza quanto ao propósito ou os propósitos das notas. Na verdade, as fontes de informação variam de acordo com o que se quer comunicar, isto é, com o significado que se pretende que a nota tenha, e com aqueles que se considera serem os mais interessados nessa mesma nota. A segunda razão tem a ver com os procedimentos e métodos que se utilizam para calcular as notas. E aqui, tal como já acima se mencionou, a nota pode decorrer de uma integração mais ou menos lógica, mais ou menos consistente, mais ou menos clara, de informações avaliativas que se referem a objetos de natureza muito diferente (e.g., aprendizagens ditas académicas, aprendizagens sócio emocionais, aprendizagens sócio afetivas e comportamentais). Mas também pode resultar essencialmente do que se apurou acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer no que se refere aos objetivos de aprendizagem de conteúdos e de competências previstos nos documentos curriculares (e.g., *AE*, *PASEO*).

Brookhart *et al.* (2016) realizaram uma profunda revisão da literatura de investigação com particular incidência no que respeita às notas e ao seu significado, ou seja, pretendia-se saber em que medida a evidência e a informação obtidas eram consistentes com o significado que se pretende dar às notas e à sua utilização como a mais relevante medida educacional. Não cabendo nesta *Folha* a exploração dos detalhes desta investigação, que abrangeu estudos realizados ao



longo de um pouco mais de 100 anos, apresenta-se de seguida algumas conclusões no domínio estrito das notas.

- As notas são medidas subjetivas pouco consistentes com o desempenho académico dos alunos.
- As notas podem ser indicadores úteis de uma diversidade de aspetos importantes para alunos, professores, pais e encarregados de educação, escolas e comunidades.
- As notas não são uma medida *pura* do que os alunos sabem acerca das aprendizagens curriculares. São uma medida multidimensional que agrega o que os alunos aprenderam com uma diversidade de outros aspetos como, por exemplo, o seu comportamento nas aulas. Porém, esta conclusão não deve justificar práticas pobres de classificação nem sugere que não há espaço para melhorar tais práticas.
- As notas representam, invariavelmente, uma mistura de múltiplos fatores valorizados pelos professores. Na verdade, os valores e as conceções dos professores são a principal razão que justifica a interpretação multidimensional das notas. Aspetos tais como o esforço, a capacidade, a progressão, os hábitos de trabalho, a atenção e a participação, são considerados na sua *composição*.
- As notas, em geral, resultam do trabalho individual dos professores que raramente procuram apoio junto dos colegas para verificar a sua fiabilidade (consistência) que, normalmente, é baixa. Para a melhorar será necessário definir critérios mais claros, desenvolver maior colaboração entre os professores e envolver os alunos naquela definição.
- As notas têm um significado mais claro e positivo quando os alunos tomam conhecimento dos critérios através dos quais se avalia a qualidade do seu trabalho e são efetivamente avaliados através desses critérios.

Estas conclusões evidenciam algumas questões cuja discussão parece ser relevante tendo em vista a conceção e elaboração de uma política de classificação que possa dar origem a notas com mais significado e quiçá mais úteis para o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos. Destaca-se a importância que pode ter a discussão relacionada com o significado unidimensional ou multidimensional das notas para efeito das decisões a tomar numa diversidade de aspetos das políticas de avaliação pedagógica e das políticas de classificação. E destaca-se igualmente a relevância das conceções e visões dos professores para efeitos da atribuição das notas.



TAREFAS

As tarefas que se seguem suscitam discussões e reflexões acerca de questões relacionadas com as políticas de classificação, incluindo a determinação das notas. Devem ser realizadas em pequenos grupos de discussão.

Tarefa 1.

1. Que tipo de informações e evidências são normalmente tidas em conta pelos docentes da sua escola no final de cada período de aulas para serem agregadas ou combinadas dando origem a uma nota? Em que medida é que as informações relacionadas com aspetos de natureza socio emocional e socio afetiva são também agregadas? Será que estas últimas informações devem ser tidas em conta para efeitos da atribuição de uma nota?

- 1.1. Analise e discuta cada uma das questões e produza um texto com, no máximo, 15 linhas no qual conste o essencial das respostas/reflexões suscitadas pelas referidas questões.



Tarefa 2.

2. Atente nas cinco seguintes citações de reconhecidos investigadores na área da avaliação, da classificação e da atribuição de notas, constantes num livro de O'Connor (2018), e livremente traduzidas.

Dar notas que se baseiam no que é importante aprender significa uma mudança do pensamento em que as notas mostravam o que os alunos mereciam, para o pensamento em que as notas mostram o que os alunos aprendem.

(Brookhart, 2011, p. 13)

O desenvolvimento de políticas e práticas de classificação e atribuição de notas que sejam significativas, razoáveis e equitativas continuará a desafiar os educadores de todos os níveis. (Guskey, 2015, p.81)

A finalidade última da avaliação formativa... é que ambos, professor e aluno, saibam as ações que têm de empreender para que a aprendizagem se mantenha num caminho de sucesso. (Chappuis, 2015, p. 10)

Nós sabemos quais as práticas que funcionam; a chave está na sua implementação. (Depka, 2015, p. 109)

A mais importante variável singular num sistema escolar é a qualidade dos professores. (Wiliam, 2011, p. 22)

- 2.1. Analise e discuta com os seus colegas cada uma das citações e sintetize o essencial da reação ou das reações produzidas.
- 2.2. Descreva sucintamente o que as citações, no seu conjunto, nos dizem acerca da atribuição de notas.



Tarefa 3.

3. Analise e discuta com os seus colegas as conclusões do estudo de Brookhart *et al.* (2016) que se destacaram a sombreado nesta *Folha*.

- 3.1. Apresente e comente sucintamente três aspetos relevantes que resultem da discussão das referidas conclusões.
- 3.2. A partir da discussão realizada, produza um pequeno texto que defina o conceito de nota, a sua natureza e alguns dos propósitos que considere mais fundamentais.



Referências

- Brookhart, S. M. (1991). Grading practices and validity. *Educational Measurement: Issues and Practice*, 10(1), 35–36.
- Brookhart, S. M. (2013). *How to create and use rubrics for formative assessment and grading*. Alexandria, VA: ASCD.
- Brookhart, S. M. (2015). Graded achievement, tested achievement, and validity. *Educational Assessment*, 20(4), 268-295.
- Brookhart, S. M. (2017). *How to use grading to improve learning*. Alexandria, VA: ASCD.
- Brookhart, S. M., Guskey, T. R., Bowers, A. J., McMillan, J. H. Smith, J. K., Smith, L. F. Smith, Stevens, M. T., & Welsh, M. E. (2016). A century of grading research: Meaning and value in the most common educational measure. *Review of Educational Research*, 86(4), 803-848.
- Brookhart, S. M., Guskey, T. R., Mctighe, J., & Wiliam, D. (2020). Eight essential principles for improving grading. *Educational Leadership*, 78(1), 3. Retirado de <http://www.ascd.org/publications/educational-leadership/sept20/vol78/num01/Eight-Essential-Principles-for-Improving-Grading.aspx>
- Fernandes, D. (2019a). Para um enquadramento teórico da avaliação formativa e da avaliação sumativa das aprendizagens escolares. In M.I.R. Ortigão, D. Fernandes, T. V. Pereira, & L. Santos (Orgs.), *Avaliar para aprender em Portugal e no Brasil: perspectivas teóricas, práticas e de desenvolvimento* (pp.139-164). Curitiba, Brasil: CRV. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/337608490_Para_um_Enquadramento_Teorico_da_Avaliacao_Formativa_e_da_Avaliacao_Sumativa_das_Aprendizagens_Escolares [Consultado em 23 de fevereiro de 2020].
- Fernandes, D. (2019b). Para uma fundamentação e melhoria das práticas de avaliação pedagógica. *Texto de apoio à formação - Projeto MAIA*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e Direção Geral de Educação do Ministério da Educação.
- Guskey, T. R., & Brookhart, S. M. (Eds.) (2019). *What we know about grading: What works, what doesn't, and what's next*. Alexandria, VA: ASCD.
- Guskey, T. R., & Link, L. J. (2017, April). *Grades represent achievement and "something else:" Analysis of the non-achievement factors teachers consider in determining students' grades*. Paper presented at the annual meeting of the American Educational Research Association, San Antonio, TX.



Guskey, T. R., & Link, L. J. (2019). Exploring the factors teachers consider in determining students' grades. *Assessment in Education: Principles, Policy & Practice*, 26(3), 303–320.

O'Connor, K. (2018). *How to grade for learning: Linking grades to standards* (4th Edition). Thousand Oaks, CA: Corwin.

Wiliam, D., Brookhart, S. M., Guskey, T. R., & Mctighe, J. (2020). *Grading in a comprehensive and balanced assessment system*. Learning Sciences International Dylan Wiliam Center. Retirado de <https://www.dylanwiliamcenter.com/whitepapers/assessment/>